



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 351/2015

Pelo presente instrumento, o Estado de Minas Gerais, Entidade de Direito Público, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/Centro de Serviços Compartilhados – SEPLAG/CSC, ÓRGÃO GERENCIADOR deste Registro de Preços, e o BENEFIICIÁRIO abaixo indicado, sujeitando-se às determinações contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, de 21/06/1993, Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001, Lei Estadual nº. 14.167, de 10/01/2002, Lei Estadual nº. 14.184, de 31/01/2002, Decreto Estadual nº. 45.902, de 27/01/2012, Decreto Estadual nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007, Decreto Estadual 44.786 de 18 de abril de 2008, pelas condições estabelecidas pelo edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS - PLANEJAMENTO Nº 351/2015** e demais normas pertinentes e aplicáveis, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria de Planejamento e Gestão, por intermédio do Centro de Serviços Compartilhados – CSC/SEPLAG.

ENDEREÇO: Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4001 – Edifício Gerais - 13.º andar, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG – CEP: 31.630-901.

CNPJ/MF: 05.461.142.0001-70.

REPRESENTANTE LEGAL: Dagmar Maria Pereira Soares Dutra, portadora do CPF nº 686.906.146-72, Subsecretária do Centro de Serviços Compartilhados, designada por Ato do Governador, para responder pelo Centro de Serviços Compartilhados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, conforme Resoluções de competências nº 59/12 e 75/14.

BENEFICIÁRIO LOTE 1 e 2: MICROHARD INFORMÁTICA LTDA - ME

ENDEREÇO: República Argentina, 520 – 2º andar – Sion, Belo Horizonte/MG
CEP: 30.315-490

CNPJ/MF: 42.832.691/0001-30

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 062811812.00-22

REPRESENTANTE LEGAL: José Glicério Ruas Alves

CI (RG): M – 529.162 SSP/MG **CPF/MF:** 173.863.226-15

SIGED



00023527 1501 2016

Anote abaixo o número do SIPRO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta Ata é o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus, visando atender às necessidades dos órgãos participantes especificados na Cláusula Segunda desta Ata, mediante contrato, conforme condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 351/2015 e seus anexos, de acordo com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE 1

Item	Código/Software/ Plataforma/Ambiente	Validade mínima das Licenças	Quantidade de Licenças	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	6041-0 LICENÇA, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE DE ANTIVÍRUS, COM GARANTIA, PARA MÚLTIPLAS PLATAFORMAS.	02 ANOS	25.428	R\$ 56,60	R\$ 1.439.244,80

LOTE 2

Item	Código/Software/ Plataforma/Ambiente	Validade mínima das Licenças	Quantidade de Licenças	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	6041-0 LICENÇA, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE DE ANTIVÍRUS, COM GARANTIA, PARA MÚLTIPLAS PLATAFORMAS.	02 ANOS	2.569	R\$ 56,60	R\$ 145.405,40

1.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3 - Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos para a prestação do serviço durante o prazo de 12 (doze) meses.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 - O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento, por intermédio do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.

2.2 - São participantes os seguintes órgãos:

- ⇒ Advocacia Geral do Estado;
- ⇒ Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
- ⇒ Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais;
- ⇒ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Educacional Caio Martins;
- ⇒ Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- ⇒ Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Rural Mineira;
- ⇒ Fundação TV Minas Cultural e Educativa;
- ⇒ Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais;
- ⇒ Instituto Estadual de Florestas;
- ⇒ Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico;
- ⇒ Instituto Mineiro de Gestão das Águas;
- ⇒ Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- ⇒ Secretaria de Estado de Defesa Social;
- ⇒ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário;
- ⇒ Secretaria de Estado de Governo;
- ⇒ Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- ⇒ Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- ⇒ Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social;
- ⇒ Procuradoria Geral de Justiça.

2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311/13 e na Lei nº 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

2.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, improrrogável.

3.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2 - Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo bens registrados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

4.3.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

4.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Negociar os preços;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

- 4.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação, sem que lhe seja aplicada a penalidade, quando a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento e for confirmada a veracidade dos motivos devidamente comprovados; ou
- 4.4.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.
- 4.5 - A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- 4.6 - É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- 4.7 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual n.º 46.311/13.
- 4.8 - É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 4.9 - Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1 - O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

- 5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar a Ata, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.1.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 5.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 5.2.1. Por razões de interesse público;
- 5.2.2. A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante a instrumento contratual, mediante assinatura dos instrumentos respectivos, conforme Anexo IV – Minuta Contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311/13.

6.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.4. Previamente à formalização de cada contratação, o Órgão realizará consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total das obrigações, nas condições especificadas neste edital e anexos, caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções:

7.1.1. Advertência por escrito;

7.1.2. Multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012:

7.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

7.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

7.1.2.3 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

7.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos.

7.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual 45.902/2012.

7.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

7.2.1. Não atendimento às especificações técnicas previstas no termo de referência ou em contrato;

7.2.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens de suas parcelas;

7.2.3. Paralisação de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

7.2.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso ou em desconformidade, como se verdadeira ou perfeita fosse;

7.2.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

7.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 7.1.1, 7.1.3 e 7.1.4.

7.4. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3 e 18.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:

7.4.1. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

7.4.2. Apresentar declaração ou documentação falsa;

7.4.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

7.4.4. Não mantiver a proposta;

7.4.5. Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;

7.4.6. Cometer fraude fiscal;

7.5 - A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Integra esta Ata, a proposta vencedora do fornecedor MICROHARD INFORMÁTICA LTDA- ME, bem como o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 351/2015 e seus anexos independente de transcrição.

8.2 - Cabe ao CSC – Centro de Serviços Compartilhados gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 46552/14.

8.3 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

8.4 – Os autos relativos ao procedimento licitatório poderão ser consultados, a qualquer momento, no Núcleo de Compras do Centro de Serviços Compartilhados – CSC da SEPLAG, localizado na Cidade Administrativa Tancredo Neves – Secretaria de Estado de Fazenda – Edifício Gerais – 13º andar - Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4001 - Bairro Serra Verde - CEP: 31.630-901 - Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

8.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Belo Horizonte, 19 de FEVEREIRO de 2016.

Dagmar Maria Pereira Soares Dutra

Subsecretária do Centro de Serviços Compartilhados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

José Glicerio Ruas Alves

Microhard Informática Ltda - ME

MASP. 342.489-2, Meire Assis da Silva, Escrivão de Polícia, lotado em Contagem, 40 dias a partir de 12/1/16, em prorrogatório.

MASP. 343.808-2, Guilherme Marinho Gonçalves, Investigador de Polícia, lotado na Capital, 7 dias a partir de 9/2/16.

MASP. 344.089-8, Sérgio Henrique Nogueira, Investigador de Polícia, lotado na Capital, 13 dias a partir de 26/10/15.

MASP. 345.976-2, Suzana Natália Rozendo Ramos, Escrivão de Polícia, lotado na Capital, 30 dias a partir de 14/2/16, em prorrogatório.

MASP. 349.139-6, William Garcia Pereira, Investigador de Polícia, lotado em Governador Valadares, 15 dias a partir de 3/12/15, em prorrogatório.

MASP. 349.213-9, Davi Silveira do Carvalho, Investigador de Polícia, lotado em Governador Valadares, 30 dias a partir de 16/9/15.

MASP. 349.969-6, Márcia Martins Barreto, Perito Criminal, lotado na Capital, 40 dias a partir de 13/2/16, em prorrogatório.

MASP. 370.099-4, Eustáquio Procopio, Investigador de Polícia, lotado em Mateus Leme, 60 dias a partir de 11/2/16.

MASP. 370.230-5, Miriam Fátima Paiva Gomes, Investigador de Polícia, lotado em Manhuaçu, 15 dias a partir de 3/10/15.

MASP. 381.580-0, Antônio Carlos Sampaio, Investigador de Polícia, lotado em Itambé, 5 dias a partir de 11/10/15.

MASP. 386.157-2, Diego de Oliveira Silva, Escrivão de Polícia, lotado em Inhapim, 60 dias a partir de 12/11/15.

MASP. 386.232-3, Luiza Mendes Caldas, Escrivão de Polícia, lotado em Real Soares, 60 dias a partir de 17/2/16, em prorrogatório.

MASP. 386.341-2, Cristiano José Reis Araújo, Investigador de Polícia, lotado em Teófilo Otoni, 30 dias a partir de 20/10/15.

MASP. 386.368-5, Franklin Pereira Vieira, Investigador de Polícia, lotado em Itabira, 10 dias a partir de 25/11/15.

MASP. 387.318-9, Alda Selene Paulino Brito, Escrivão de Polícia, lotado em Montes Claros, 7 dias a partir de 11/2/16.

MASP. 387.354-4, Gláucia Whitlauer Veloso Freitas, Delegado de Polícia, lotado em Montes Claros, 28 dias a partir de 11/1/16.

MASP. 387.381-7, Maíza de Oliveira Zanol, Escrivão de Polícia, lotado em Nogueira, 60 dias a partir de 18/9/15.

MASP. 387.538-0, Frederico Teixeira de Moura, Investigador de Polícia, lotado em Teófilo Otoni, 60 dias a partir de 25/11/15.

MASP. 457.829-0, Genildo Vinícius Silva Chaves, Perito Criminal, lotado em Sete Lagoas, 60 dias a partir de 17/2/16, em prorrogatório.

MASP. 457.923-1, Luciana Rodrigues Moraes, Escrivão de Polícia, lotado em Manhuaçu, 30 dias a partir de 10/11/15.

MASP. 458.374-8, Rogério da Silva Ribeiro, Investigador de Polícia, lotado em Espina Folia, 14 dias a partir de 17/10/15.

MASP. 458.738-7, Sandra Souza de Jesus Andrade, Investigador de Polícia, lotado na Capital, 45 dias a partir de 14/2/16, em prorrogatório.

MASP. 619.201-5, Nóbila Pereira dos Santos, Investigador de Polícia, lotado em Teófilo Otoni, 15 dias a partir de 19/1/16.

MASP. 667.715-2, Gláucia Ferreira dos Santos, Investigador de Polícia, lotado em Montes Claros, 12 dias a partir de 23/1/16.

MASP. 667.753-8, Rafael Alves de Moura, Investigador de Polícia, lotado em Caratinga, 5 dias a partir de 15/10/15.

MASP. 667.994-8, Cláudio Murilo Brito Magalhães, Investigador de Polícia, lotado em Montes Claros, 60 dias a partir de 22/1/16.

MASP. 668.063-1, Fabrício Pereira dos Santos, Investigador de Polícia, lotado em Teófilo Otoni, 7 dias a partir de 27/11/15.

MASP. 941.272-7, Geraldo Pereira dos Santos, Escrivão de Polícia, lotado em Itabira, 60 dias a partir de 22/1/16, em prorrogatório.

MASP. 1.060.861-0, Américo Sebastian Vagla Pereira de Moraes, Médico Legista, lotado em Itapetinga, 15 dias a partir de 4/11/15.

MASP. 1.060.910-5, Rafael Henrique Gomes Cardoso, Investigador de Polícia, lotado na Capital, 60 dias a partir de 21/1/16.

MASP. 1.061.034-3, Ricardo Goulart Menezes dos Santos Júnior, Investigador de Polícia, lotado em Uba, 5 dias a partir de 7/1/16.

MASP. 1.061.089-9, Frederico Alves de Moura, Investigador de Polícia, lotado em Mar de Espanha, 4 dias a partir de 22/1/16.

MASP. 1.061.177-0, Maria Cristina Furtado, Investigador de Polícia, lotado em Divinópolis, 18 dias a partir de 8/1/16.

MASP. 1.106.176-9, Jonas Alves de Moura, Investigador de Polícia, lotado em Governador Valadares, 4 dias a partir de 22/9/15.

MASP. 1.111.746-2, Luis Cláudio Moreira Alves, Escrivão de Polícia, lotado em Montes Claros, 15 dias a partir de 16/2/16.

MASP. 1.111.809-8, Maria Auxiliadora Apolinário Brito, Secretário Executivo de Segurança Pública, lotado na Capital, 10 dias a partir de 11/2/16.

MASP. 1.112.174-6, Rodrigo Blacher, Investigador de Polícia, lotado na Capital, 10 dias a partir de 27/1/16.

MASP. 1.112.514-3, Daniel Rodrigues Dutra, Investigador de Polícia, lotado na Capital, 60 dias a partir de 5/2/16.

MASP. 1.113.042-4, Hélio Modesto Junior, Investigador de Polícia, lotado em Uberlândia, 21 dias a partir de 18/12/15 e 21 dias a partir de 12/1/16.

MASP. 1.113.658-7, Shirley Marcelino da Cruz, Investigador de Polícia, lotado em Juiz de Fora, 4 dias a partir de 30/1/16.

MASP. 1.143.107-7, Hamilton Joaquim da Silva Júnior, Delegado de Polícia, lotado em Itam de Ferro, 30 dias a partir de 28/1/16, em prorrogatório.

MASP. 1.150.268-9, Gêilson Rômulo Elias, Chefe de Seção, lotado na Capital, 3 dias a partir de 16/2/16.

MASP. 1.174.318-4, Marcus Vinícius Dias Garcia Couri, Investigador de Polícia, lotado em Juiz de Fora, 15 dias a partir de 19/1/16.

MASP. 1.174.320-0, Fábio Nascimento Ferreira, Investigador de Polícia, lotado em Jataí, 30 dias a partir de 21/9/15.

MASP. 1.188.197-6, Frederico José Grossi, Delegado de Polícia, lotado na Capital, 4 dias a partir de 4/2/16.

MASP. 1.233.347-2, Mario Esguicão Duarte, Escrivão de Polícia, lotado em Itabira, 5 dias a partir de 9/2/16.

MASP. 1.233.419-9, Alvinia Martins Pereira, Escrivão de Polícia, lotado em Guanhães, 1 dia a partir de 26/10/15.

MASP. 1.237.606-7, Glomara Soares de Oliveira, Delegado de Polícia, lotado na Capital, 13 dias a partir de 22/1/16.

MASP. 1.238.036-6, João Augusto Ferraz de Araújo, Delegado de Polícia, lotado em Nogueira, 6 dias a partir de 25/11/15.

MASP. 1.243.596-3, João Moura de Oliveira Nelo, Delegado de Polícia, lotado em Teófilo Otoni, 15 dias a partir de 22/9/15.

MASP. 1.257.151-9, Erick Mateus Onofri Silva, Investigador de Polícia, lotado em Itambé, 30 dias a partir de 30/11/15.

MASP. 1.257.489-3, Luciano Costa de Silva Lopes, Investigador de Polícia, lotado em Fornos, 30 dias a partir de 29/1/15 e 8 dias a partir de 6/11/15.

MASP. 1.318.025-5, Silmara Araújo Amaral da Silva, Escrivão de Polícia, lotado na Capital, 6 dias a partir de 9/2/16.

MASP. 1.330.576-8, Mônica Perpétua Carles, Delegado de Polícia, lotado na Capital, 6 dias a partir de 28/11/15.

MASP. 1.331.386-1, Vinícius Silva Paschoa, Delegado de Polícia, lotado em Sabará, 5 dias a partir de 5/2/16.

MASP. 1.340.692-1, Marina de Paula Silva, Escrivão de Polícia, lotado na Capital, 30 dias a partir de 12/2/16, em prorrogatório.

MASP. 1.340.824-0, Jamil Ildib Folly Ikeno, Escrivão de Polícia, lotado em Nogueira, 5 dias a partir de 15/11/15.

MASP. 1.352.426-9, Robson Gonçalves de Castro, Técnico Assistente de Polícia, lotado na Capital, 35 dias a partir de 6/2/16.

MASP. 1.352.813-8, Flávia de Souza Ferreira, Técnico Assistente de Polícia, lotado na Capital, 15 dias a partir de 5/2/16.

MASP. 1.356.666-6, Samanta Tereza Valadarez da Silva, Analista de Polícia, lotado na Capital, 15 dias a partir de 12/2/16.

MASP. 1.366.477-6, Iteno de Carvalho Santos, Médico Legista, lotado em Capelinha, 10 dias a partir de 7/2/16.

MASP. 1.370.703-9, Vanessa Palmeiro de Castro, Analista de Polícia, lotado na Capital, 9 dias a partir de 28/11/15.

MASP. 1.374.822-9, Ana Paula Fonseca Ferreira, Técnico Assistente de Polícia, lotado na Capital, 15 dias a partir de 32/1/16.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2016.

Eduardo Lopes Tomich

Director-Geral do Hospital da Polícia Civil

O Director-Geral do Hospital da Polícia Civil, tendo em vista o disposto nos artigos 121 e 123 da Lei 5.406, de 16.12.1969 e na Resolução 3.364, de 15.07.1973, resolve reafirmar a Portaria nos termos do artigo 158, item I da Lei 869, de 05.07.1952, no que se refere aos seguintes servidores:

MASP. 1.114.075-8, Cleora Silvestre Espósito Filho, Investigador de Polícia, lotado na Capital, 15 dias a partir de 12/2/16.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2016.

Eduardo Lopes Tomich

Director-Geral do Hospital da Polícia Civil

O Director-Geral do Hospital da Polícia Civil, tendo em vista o disposto nos artigos 121 e 123 da Lei 5.406, de 16.12.1969 e na Resolução 3.364, de 15.07.1973, resolve reafirmar a Portaria nos termos do artigo 158, item I da Lei 869, de 05.07.1952, no que se refere aos seguintes servidores:

MASP. 330.951-5, Gilberto Fagundes Nogueira, Delegado de Polícia, lotado na Capital, reafirmando licença publicada na Portaria 04/2016. Onde se lê 10 dias a partir de 23/1/16, leia-se 4 dias a partir de 31/1/16.

MASP. 387.613-3, Paulo de Tarso Vergosa, Investigador de Polícia, lotado em Araxá, reafirmando licença publicada na Portaria 02/2016. Onde se lê 31 dias a partir de 4/12/15, leia-se 4 dias a partir de 31/1/16.

MASP. 1.166.512-2, Andréa Kerly Silva Martins, Escrivão de Polícia, lotado em Jataí, reafirmando licença publicada na Portaria 04/2016. Onde se lê 30 dias a partir de 14/1/16, leia-se 5 dias a partir de 9/2/16.

MASP. 1.256.214-4, Vanessa Cândida de Souza, Investigador de Polícia, lotado na Capital, reafirmando licença publicada na Portaria 04/2016. Onde se lê 4 dias a partir de 12/1/16, leia-se 3 dias a partir de 12/1/16.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2016.

Eduardo Lopes Tomich

Director-Geral do Hospital da Polícia Civil

O Director-Geral do Hospital da Polícia Civil, tendo em vista o disposto nos artigos 121 e 123 da Lei 5.406, de 16.12.1969 e na Resolução 3.364, de 15.07.1973, resolve reafirmar a Portaria nos termos do artigo 158, item I da Lei 869, de 05.07.1952, no que se refere aos seguintes servidores:

MASP. 387.544-0, Eduardo Oliveira Moreira, Investigador de Polícia, lotado em Montes Claros, cancelando licença publicada na Portaria 04/2016.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2016.

Eduardo Lopes Tomich

Director-Geral do Hospital da Polícia Civil

Após inspeção de saúde realizada pela Diretoria de Perícias Médicas do Hospital da Polícia Civil, foram considerados aptos a reassumir suas funções, os seguintes servidores:

MASP. 1.330.774-0, Rodrigo Otávio Lopes de Amaral Rodrigues, Delegado de Polícia, lotado em Olenópolis, onde se lê 5 dias a partir de 16/2/16.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2016.

Eduardo Lopes Tomich

Director-Geral do Hospital da Polícia Civil

1979799-1

Superintendência do Planejamento, Gestão e Finanças.

Ato Assinado pelo Senhor Director de Administração e Pagamento de Pessoal.

347 - no uso das atribuições conferidas pelo § 2º, do Art. 33 do Decreto nº 46.549, de 27 de junho de 2014, concede Progressão, nos termos do § 2º do Art. 93 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes dos cargos de carreira do quadro de provimento efetivo da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais:

Carreira: Delegado de Polícia, Nível Geral

MASP	Dados do Servidor	Nome	Situação Anterior	Posicionamento	Vigência
272.140/5	Valter Nunes de Freitas	A	Grau	B	03/02/2016
293.346-6	Paulo César Assumpção Detomaz	A	Grau	B	02/02/2016
294.101/1	Adalberto Fernandes Ferreira	A	B	B	02/02/2016
297.080/4	Francisco do Nascimento Junior	A	B	B	10/02/2016
297.438/4	Eduardo da Silva	A	B	B	10/02/2016
297.741/1	Charles Gerardo Poncetuppi	A	B	B	10/02/2016
336.199/5	João Márcio da Silva Carneiro	A	B	B	14/02/2016
336.355/3	Ana Maria de Araújo Lima	A	B	B	14/02/2016
336.352/2	Cleber Barone dos Santos	A	B	B	14/02/2016

Carreira: Perito Criminal, Nível Especial

MASP	Dados do Servidor	Nome	Situação Anterior	Posicionamento	Vigência
296.869/1	Francisco Sampaio Neto	A	Grau	B	10/02/2016

Carreira: Investigador de Polícia II, Nível Especial

MASP	Dados do Servidor	Nome	Situação Anterior	Posicionamento	Vigência
293.820/7	Aziz Salim Salomão Junior	A	Grau	B	27/02/2016
294.075/7	Rogério Curry Rocha	A	B	B	03/02/2016
294.088/0	Valdir Dias Rosa	A	B	B	02/02/2016
294.169/8	Cláudio Lício Gonçalves Rios	A	B	B	02/02/2016
294.490/8	Antônio Jesus da Silva	A	B	B	03/02/2016
294.540/0	Evandro de Almeida Pereira	A	B	B	10/02/2016
294.546/7	Fernando Gonçalves de Melo	A	B	B	10/02/2016
294.613/5	João Rodrigues Sobrinho	A	B	B	10/02/2016
294.621/8	Jorge William Ferreira Carvalho	A	B	B	10/02/2016
294.857/8	João Carlos Fedeoco	A	B	B	10/02/2016
297.611/6	Maísa de Miranda Santos Paraguaná	A	B	B	10/02/2016

MASP	Dados do Servidor	Nome	Situação Anterior	Posicionamento	Vigência
297.749/4	Demétrius Vides dos Santos	A	B	B	11/02/2016
298.325/2	Fernando Antônio dos Santos	A	B	B	11/02/2016
298.429/2	Luiz Gonzaga Gomes Ferreira	A	B	B	11/02/2016
341.236/8	Sérgio Alexandre Alves Fernandes	A	B	B	11/02/2016
341.388/7	Elmar Jorge Leonardi	A	B	B	15/02/2016
344.085/0	Ricardo Mendes Rodrigues	A	B	B	15/02/2016
344.085/0	Sérgio Barbosa	A	B	B	15/02/2016
349.085/5	Paulo Roberto Ferreira	A	B	B	15/02/2016

Carreira: Escrivão de Polícia II, Nível Especial

MASP	Dados do Servidor	Nome	Situação Anterior	Posicionamento	Vigência
293.495/8	Carlos dos Santos Firmino	A	B	B	03/02/2016
293.729/0	Sandro Matos de Oliveira	A	B	B	03/02/2016
342.486/8	Yara Lusitânia Duarte	A	B	B	15/02/2016

1979800-1

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel Luiz Henrique Gualberto Moreira

Expediente

CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DE MINAS GERAIS
O Comandante-Geral Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, no uso de suas atribuições regulamentares previstas no Decreto 40.874/2000,

Transfere, a pedido, para o Quadro de Oficiais da Reserva Remunerada e promove ao Posto de 2º Tenente QORBM, a partir de 20/Jul/2015, o Nº 092.661-8, Subtenente BM Helton Alves Magalhães, do 3º BIBM. Tem direito ao provento integral de seu Posto, ao 6º quinquênio/adicional trintário a partir de 07/Jan/2016.

Transfere, a pedido, para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada e promove a Graduação de 2º Sgt QPRBM, a partir de 10/Abr/2015, o Nº 008.039-3, 2º Sgt BM Roberto Carlos Martins Soares, do 6º BIBM, tem direito ao provento integral de sua Graduação, ao 6º quinquênio/adicional trintário a partir de 30/Ago/2014.

Transfere, a pedido, para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada e promove a Graduação de 1º Sgt QPRBM, a partir de 03/Nov/2015, o Nº 092.656-8, 2º Sgt BM Anderson Ricardo de Queiroz Pinheiro, do 3º BIBM, tem direito ao provento integral de sua Graduação, ao 6º quinquênio/adicional trintário a partir de 02/Nov/2015.

Transfere, a pedido, para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada e promove a Graduação de 2º Sgt QPRBM, a partir de 06/Abr/2015, o Nº 008.040-1, 3º Sgt BM Jovani Moreira Mattos, do 1º BIBM, tem direito ao provento integral de sua Graduação, ao 6º quinquênio/adicional trintário a partir de 28/Mar/2015.

Transfere, a pedido, para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada e promove a Graduação de 2º Sgt QPRBM, a partir de 11/Mai/2015, o Nº 100.838-2, 3º Sgt BM Adir Guilherme Lellis Junior, da Adjúndia Geral, tem direito ao provento integral de sua Graduação, ao 6º quinquênio/adicional trintário a partir de 26/Set/2013.

Transfere, a pedido, para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada e promove a Graduação de 2º Sgt QPRBM, a partir de 08/Set/2015, o Nº 105.205-7, 3º Sgt BM Walter Freidrich da Silva Junior, do 2º BIBM, tem direito ao provento integral de sua Graduação, ao 6º quinquênio/adicional trintário a partir de 27/Mai/2015.

22798495-1

Controladoria-Geral do Estado

Expediente

SUBCONTROLEADORIA DE CORRIGIÇÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO de Portaria de Instauração/SCA Nº 11/2016

Processo Administrativo-Disseminação nº 150.1558-08/2015.
Processado: R.D.R. MASP. 1.304.432-6, ocupante do cargo de recrutamento amplo DA1-26, lotado na Fundação João Pinheiro, U.C.N.S. MASP. 1.114.566-1, ex-ocupante do cargo de recrutamento amplo DA1-26 na Fundação João Pinheiro, e M.D.R.A. MASP. 270.236-3, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Educação, exerceu o cargo em comissão DAD-9 na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Comissão Processante: Aylton Coelho (Presidente)
Membros: Inez Xavier Macedo da Silva e Lúcia Mary Ribeiro Itoit.

Subcontroladoria da Correção Administrativa, Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2016.

Rafael Amorim de Amorim

Subcontrolador de Correção Administrativa

22798628-1

Editais e Avisos

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS

Contrato nº 0044154/2015 (Processo de Compra nº 150.1558.263/2015).
Partes: SIGVO e IOF/MG. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de envelopes impressos, capas de processo, cartões de visita, cartões nominativos, certificados e blocos impressos em padrão próprio da Administração. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Dotação Orçamentária: 4991.04.122.701.2002.0001.3391.3938.0.1 e, outra, Valor: R\$34.510,90 Assinam: Francisco Eduardo Moreira e Geraldo Moreira Soares, pela SIGVO e Eugênio Ferraz, pela IOF/MG.

2 cm - 22798418-1

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na página 33, do dia 24 de setembro de 2015, Caderno 1.

Onde se lê: Belo Horizonte, 23 de setembro de 2015.

Leia-se: Belo Horizonte, 16 de setembro de 2015.

1 cm - 22798615-1

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo de Compra nº 150.1558-08/2015.
Com base nas considerações constantes no Parecer Jurídico nº 1.372/2015 do Núcleo de Assessoramento Jurídico do Centro de Serviços Compartilhados, APROVO o presente procedimento administrativo e, no uso da competência a mim delegada pelo Decreto nº 43.817/2004, AUTORIZO e RATIFICO, com fulcro no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de inexigibilidade de licitação para aquisição de assinatura do Jornal Correio Brasileiro, em atendimento à demanda do Escritório de Representação do Governo de Minas Gerais em Brasília. O valor estimado da contratação é de R\$ 719,32 (setecentos e doze reais e trinta e três centavos) que ocorrerá por conta da dotação: 11.110.122.731.2040.0001.339039.0.11.0.11 - Brasília 15 de fevereiro de 2016 - Genilda Tadeu Vieira dos Santos - Chefe de Gabinete do Escritório de Representação em Brasília.

4 cm - 22798192-1

IMPrensa Oficial do Estado de Minas Gerais

IMPrensa Oficial do ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO de Termo Aditivo ao Contrato

EXTRATO do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, sob o nº 4852/2013, que entre si celebraram a IMPrensa Oficial do ESTADO DE MINAS GERAIS e a STIQUE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. OBJETO: I) Alterar a dotação orçamentária do instrumento contratual, especificada na Cláusula Sexta do Contrato Originário DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. II) Alterar o valor e o Fical Titular do contrato, especificado na Cláusula Oitava DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das dotações orçamentárias: 2391.122.662.005.4040.0001.339039.0.11.0.60.1 - DA ALTERAÇÃO DO GESTOR E FISCAL. A Gerência de Logística e Distribuição/Contratos será a unidade gestora do presente contrato, ficando devidamente designada o servidor José Lucas do Espírito Santo Pereira, Masp. 1045343-9, como gestor do contrato e o servidor Guilherme Machado Silveira, MASP. 1389187-4, como Fiscal Titular, este lotado na Diretoria Industrial. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem mantidas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato Originário e demais Termos Aditivos. Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2016. (a) Patrícia Alves de Souza - Chefe do Gabinete da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

5 cm - 22798633-1

IMPrensa Oficial do ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO de Termo Aditivo ao Contrato

EXTRATO do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, sob o nº 283/2011, celebrado entre a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e a STIQUE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. OBJETO: I) Alterar a dotação orçamentária do instrumento contratual, especificada na Cláusula Sétima do Contrato Originário DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. II) Alterar o valor e o Fical Titular do contrato, especificado na Cláusula Décima do Contrato Originário DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das dotações orçamentárias: 2391.122.662.005.4040.0001.339039.0.11.0.60.1 - DA ALTERAÇÃO DO GESTOR E FISCAL. A Gerência de Logística e Distribuição/Contratos será a unidade gestora do presente contrato, ficando devidamente designada o servidor José Lucas do Espírito Santo Pereira, Masp. 1045343-9, como gestor do contrato e o servidor Guilherme Machado Silveira, MASP. 1389187-4, como Fiscal Titular, este lotado na Diretoria Industrial. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem mantidas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato Originário e demais Termos Aditivos, no atendimento pelo presente instrumento. Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2016. (a) Patrícia Alves de Souza - Chefe do Gabinete da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

6 cm - 22798632-1

IMPrensa Oficial do ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO de Termo Aditivo ao Contrato

EXTRATO do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, sob o nº 506/2014, celebrado entre a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e a STIQUE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. OBJETO: I) Alterar a dotação orçamentária do instrumento contratual, especificada na Cláusula Sétima do Contrato Originário DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. II) Alterar o valor e o Fical Titular do contrato, especificado na Cláusula Décima do Contrato Originário DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das dotações orçamentárias: 2391.122.662.005.4040.0001.339039.0.11.0.60.1 - DA ALTERAÇÃO DO GESTOR E FISCAL. A Gerência de Logística e Distribuição/Contratos